

## DA INSTITUIÇÃO JORNAL AO DISCURSO JORNALÍSTICO

**Taisir Mahmudo Karim**  
UNEMAT/CÁCERES

**Resumo:** O discurso jornalístico ao longo do tempo se cristalizou como um discurso que não emite opinião, um discurso que fala por si só e tem a incumbência de narrar os fatos, os acontecimentos como eles são, sem omitir ou emitir qualquer juízo em relação aos fatos. Esta reflexão procura questionar a posição institucionalizada da Instituição Jornalística, desmistificar esse conceito cristalizado de unicidade da informação. Esse funcionamento que busca a unicidade de sentido dos fatos, trás em si algo a mais nessa relação, reabre movimentos outros que provocam a tensão desse sentido, aparentemente uno, em relação à própria temporalidade que historiciza o fato em questão.

**Palavras chave** – Discurso jornalístico/Sentido/historicidade.

**Abstract:** The discourse crystallized over time as a discourse that does not emits opinion. A discourse that speaks for itself and has the incumbency of narrate the facts and the events as they are. This reflexion aims at questioning the institutionalized position of the News Institution, to unmythicize this crystallized concept of unity of the information. This operation that seeks the unity of meaning of the facts, brings something else in this relation. It reopens other moves that provokes the tension of this matter, apparently unique if related to its own temporariness that makes history of the fact in this matter.

**Key-words** – Journalistic Discourse/Meaning/Historicity.

### A INSTITUIÇÃO JORNAL

A construção do discurso jornalístico foi, durante séculos, cultivando essa imagem de um discurso que se supõe isento de pré-julgamento, um discurso suporte para fatos que falam por si. (Mariani,1993).

O discurso jornalístico, seja ele impresso radiofônico ou televisivo, tem servido de meio de circulação dos mais diversos acontecimentos que ocorrem no mundo todo, sendo também este discurso provavelmente o que atinge maior número de pessoas nos mais diversos pontos do planeta, desde os grandes centros urbanos até os mais longínquos vilarejos rurais. Isso se deve principalmente ao crescente avanço tecnológico das últimas décadas.

Ao perguntarmos qual a utilidade desse discurso aos leitores/ouvintes, é comum termos como resposta que o discurso jornalístico tem por objetivo manter-nos informados sobre os fatos que acontecem no mundo. Porém, o que nos chama atenção e inquieta em relação a tal discurso é que quando os leitores/ouvintes se deparam com uma determinada notícia, as reações destes podem ser as mais diversas possíveis, muitas vezes uns a recebem com prazer e vibração, enquanto outros ficam estarecidos e indignados. E é exatamente pensando nesse antagonismo de reações que cabem alguns questionamentos a respeito desse assunto como, por exemplo, o de compreender os motivos que levam os leitores/ouvintes a ter essas reações tão antagônicas diante de uma mesma notícia. Por que os leitores/ouvintes são afetados diferentemente por uma mesma notícia se se supõe que a função do discurso jornalístico é a de informar os fatos como eles são, de forma transparente, sem assumir posição alguma? Ou melhor, dizendo, e aqui parafraseando Mariani quando diz que a atividade jornalística tem cristalizado uma jurisprudência própria de neutralidade, sendo que esta atividade tem o poder de dizer algo – entendido como comunicar, informar, mas não opinar.

A afirmação abaixo citada vem de encontro a esta jurisprudência,

Norman Mailer destrói uma das regras básicas do jornalismo, aquela que exige imparcialidade. Exatamente por isso fez um grande livro. (Celso Fonseca, 1999)

Esta, por si só nos revela um outro lado da imprensa, a dualidade instalada no discurso jornalístico; o conflito entre a posição de imparcialidade, concepção essa que ainda predomina, e da posição de parcialidade, que pouco a pouco tem conquistado seu espaço. Achamos pertinente neste momento trazer para nossa reflexão alguns questionamentos em função dessa afirmação.

A afirmação parte do crítico literário da revista semanal *Isto é*, Celso Fonseca, que na oportunidade tinha a tarefa de tecer uma crítica do livro recém-lançado “*Luta épica*”, do escritor e jornalista Norman Mailer. O interessante é que nesse caso temos a posição explícita da quebra do conceito básico do jornalismo, o da imparcialidade, e exatamente essa tomada de posição, para indicar o sucesso do livro que nos chama a atenção.

Se por um lado, ainda hoje, temos jornalistas que defendem a idéia de que uma das regras básicas da imprensa é a exigência de sua imparcialidade, por

outro, temos também jornalistas que admitem a tomada de posição do jornal. Tempos atrás, a discussão dessa última posição era impossível. É claro que hoje esta discussão não se restringe apenas ao meio jornalístico, vários setores da sociedade questionam a suposta posição imparcial do jornal, a qual implica aparentemente em dizer que o jornal revela os fatos como eles são, ou seja, como “verdade absoluta”, a própria imprensa conforme observamos na citação acima ou em *hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária* (Mariani,1998:59). Mas o importante para nós nesse momento é perceber que o sentido estabilizado na sociedade de modo geral é o de que a imprensa é uma instituição que procura narrar os fatos com o máximo de neutralidade e imparcialidade. Mesmo que o leitor discorde da forma como a notícia foi descrita pelo jornal, ele tem sempre a ilusão de que apesar de tudo o jornal está informando-o de algo ainda desconhecido, e isso é possível a partir do funcionamento do discurso jornalístico onde o jornalista e o leitor assumem papéis distintos nessa relação.

O sujeito jornalista se investe e é investido imaginariamente pelo leitor como aquele que sabe. A posição do leitor, por sua vez, é a de quem precisa ser informado por aquele que detém o conhecimento. Essas imagens produzidas historicamente ainda hoje se auto-entre-alimentam: o leitor confere ao jornal e ao jornalista a completude de um saber que nele, leitor, é considerado incompleto. (Mariani,1998)

Entendendo dessa forma esse discurso, poderíamos dizer então que o “jornal” não opina e nem interpreta, por isso seu discurso é objetivo e imparcial. Nesse sentido este discurso institucionalizou-se como o discurso da neutralidade, em que apenas informa os fatos como eles são, de modo que se faça parecer transparente, sem que a instituição “jornal” tome posição alguma. Diríamos que “Noticiar só pode ser informar de modo neutro com a utilização de uma linguagem-invólucro, cujo conteúdo são os fatos. Não é permitido opinar nem interpretar” (idem, 1993:35).

Mas essa aparente ilusão de que o leitor/ouvinte, e somente ele, é o responsável pelos seus atos lingüísticos e que por isso é ele que acaba por determinar o sentido daquilo que leu, e que as palavras aparecem como que se referendassem um sentido único, sentido esse aparentemente determinado pelo próprio leitor/ouvinte, é possível porque: primeiro, o sujeito ao ser interpelado pelo funcionamento da linguagem é afetado por dois tipos de esquecimentos, pelo esquecimento um e dois.

Segundo Pêcheux (1997), o esquecimento número um, chamado de esquecimento ideológico, resulta do modo pelo qual o indivíduo é afetado ideologicamente. Para o autor, é nesse esquecimento que se tem a ilusão de sermos origem daquilo que falamos, mas na verdade, o que ocorre é que aquilo que dissemos já está de alguma forma determinado pela maneira como o indivíduo encontra-se interpelado pela língua e pela história.

O esquecimento número dois por sua vez, segundo o autor, é da ordem da enunciação, é o esquecimento enunciativo. Sempre que enunciamos, enunciamos de uma forma e não de outra e é isso que nos passa a ilusão de que quando falamos, temos a impressão que falamos a partir de uma determinada escolha de palavras organizada pelo nosso pensamento (ilusão referencial – o sujeito consciente de suas intenções, tem o domínio sobre a língua). Essa aparente escolha é que garante que aquilo que dissemos só poderia ser dito com aquelas palavras e não com outras.

A segunda questão que colocamos em relação a essa ilusão, e que consideramos também importantes, refere-se à própria materialidade do jornal impresso. Considerando a formulação lingüística, a linearidade textual do jornal, aparentemente observa-se nessa constituição sua pseudo-posição de neutralidade. Como exemplo disso podemos observar, geralmente, em assuntos polêmicos, de certa maneira todo o espaço, o material gráfico visual do jornal, é distribuído “quantitativamente” em partes iguais entre as partes envolvidas na questão, seja em número de fotos, entrevistas, desenhos, enfim, o jornal procura sempre evidenciar para seu leitor (efeito de antecipação) de uma ou outra forma sua posição de imparcialidade. Essa questão da representação de neutralidade da linguagem materializada no jornal, a nosso ver, por já ser institucionalizada, acaba por produzir a ilusão de que o sentido está apenas na relação do leitor/texto, e que por isso as palavras significam apenas nessa relação. Posição essa que não corresponde à nossa. Pois, entendemos que o sentido são

os efeitos de sua enunciação. Ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim o sentido não é o efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento. (Guimarães,1995)

São esses processos que de certa maneira acabam por referendar o conceito já cristalizado da prática do discurso jornalístico, e pelo viés desse conceito institucionalizado ainda lhe é concedida a absolvição pela própria sociedade. Dito de outro modo, as notícias produzidas pelos jornais além de serem referendadas pela sociedade como verídicas têm também o cunho da imparcialidade.

O jornal, assim, tem se maquiado ao longo do tempo como uma instituição responsável apenas pela narração dos fatos como são e por isso então, ao narrar os fatos, assume supostamente a posição de total imparcialidade, e nesse caso cristaliza sua função de simplesmente informar e não opinar. Essa suposta posição de imparcialidade é garantida pela própria história dessa instituição que de certa forma ao negar a presença do sujeito narrador institucionaliza o dizer por si só, ou seja, qualquer sentido outro suscitado que interfira no do senso-comum é de exclusiva responsabilidade do leitor/ouvinte, pois a imprensa por ser uma instituição referendada pela sociedade sempre fala do lugar politicamente correto – imparcial – pois não foi isso que o jornal disse. Mas se atentarmos para o fato de

que no discurso jornalístico já se tem uma memória da própria constituição histórica da imprensa agindo na produção das notícias. Memória atravessada pela ética dos direitos de alguns humanos (Badiou 1995), promovendo filiações nos processos de produção de sentidos das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo político é significado. Resulta daí que as notícias jornalísticas se reinscrevem, sob o efeito ideológico da evidência, da obviedade, na direção de sentidos desejada/determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica. (Mariani, 1998)

O discurso jornalístico deixa de ser então um discurso neutro que não toma partido nem a favor nem contra. A ilusão de objetividade e imparcialidade que foram constituídas e cultivadas durante muito tempo e que sustentam essa imagem (a de apenas informar) só existe enquanto efeito imaginário que afeta o leitor/ouvinte comum, principalmente porque este considera que as instituições funcionam harmonicamente na sociedade, e ao indivíduo cumpre seguir o papel por elas determinados.

Sendo o discurso jornalístico concebido desse modo, podemos asseverar que este contribuiu e contribui sensivelmente para a estabilização e apagamento de certas significações da nossa memória histórica. E aí é bom lembrarmos que o papel dessa memória histórica é o de sedimentar, institucionalizar um dos sentidos entre vários possíveis como verdade una em determinada situação

social: “a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal” (Orlandi, 1988). Dessa maneira, cabe-nos agora desmistificar esse conceito que perdura há séculos na nossa sociedade, pois o processo que acaba por instituir, disseminar e cristalizar determinadas verdades como sendo de senso comum, verdades oficiais em uma dada conjuntura social no discurso jornalístico, funcionam de acordo com os interesses ideológicos de quem controla a instituição, pois como dissemos acima, todos (inclusive a instituição “Jornal”) estão atravessados ideologicamente. Dito de outro modo,

a Instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, a fronteira entre o que pode e deve ser dito (ideologia dominante). O resultado desse processo é a ilusão do jornalismo verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos. (Mariani, 1999)

Como podemos observar acima, esse assunto tem muitas questões ainda a serem levantadas e desvendadas, e é de nosso interesse desenvolver discussões lingüísticas a esse respeito, porém este trabalho procurou refletir sobre o funcionamento do discurso jornalístico impresso brasileiro.

## **Bibliografia**

- FONSECA, Celso. **Luta épica – Norman Mailer recria confronto histórico**. Revista IstoÉ. Editora Três Ltda. São Paulo, 13 de Janeiro, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Textos e argumentação. Um estudo de conjunções do Português**. Pontes. Campinas, 1987.
- **“Enunciação e história”**. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) História e sentido na linguagem. Editora da Unicamp. Campinas, 1989.
- **“Os sentidos da república no Brasil”**. Revista pro-posições. Cortez. Campinas, 1991.
- **Terra de Vera Cruz, Brasil**. Cultura Vozes – 4, Rio de Janeiro, 1992.
- **“Independência e morte”** In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) Discurso Fundador. Pontes. Campinas, 1993.
- **Os Limites dos sentidos**. Pontes. Campinas, 1995.
- **“Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil**. GUIMARÃES & ORLANDI (Orgs.). Língua e cidadania o português no Brasil. Pontes. Campinas, 1996.
- **Um mapa e suas ruas**. DL/IEL/LABEURB – UNICAMP – Campinas, 1999.

- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **“Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória).”** In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso Fundador*. Pontes. Campinas, 1993.
- **O PCB e a imprensa, os comunistas no imaginário dos jornais 1022 - 1989.** Editora da Unicamp. Campinas, 1998.
- **Discurso e instituição: a imprensa.** Revista Rua 5 . Unicamp. 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo.** Editora da Unicamp. Campinas, 1990.
- **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** Editora da Unicamp. Campinas, 1997.
- **A linguagem e seu funcionamento.** 2ª. Ed. Editora Pontes. Campinas, 1987.
- **Discurso e leitura.** Cortez Editora/Unicamp. Campinas, 1988.
- (Org.) **Discurso fundador.** Editora Pontes. Campinas. 1993.
- **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Vozes. Rio de Janeiro, 1996.
- **Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico.** In Rua 4. UNICAMP. Campinas, 1998.
- **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Pontes. Campinas, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.** Editora da UNICAMP. Campinas, 1997.
- (1969). **Análise Automática do discurso.** In GADET, Françoise & Hak, Tony . Por uma análise automática do discurso. Editora da Unicamp. Campinas, 1990.
- **O discurso estrutura ou acontecimento.** Pontes. Campinas, 1997.
- **O papel da memória.** Pontes. Campinas, 1999.